

IGUALDADE DE GENERO

Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres

As mulheres são cruciais para todos os aspetos do desenvolvimento social e económico, mas muitas são impedidas de realizar o seu potencial. As mulheres capacitadas dão um contributo maior às suas famílias e sociedades, ao receberem uma remuneração mais elevada, ao promoverem a educação dos filhos e estando informadas sobre cuidados de saúde. Deste modo, são uma força positiva e podem contribuir para a realização de todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). As contribuições sociais e económicas das mulheres realçam os efeitos positivos exponenciais que as mesmas, quando instruídas, podem ter no desenvolvimento.

Contudo, a desigualdade de género encontra-se difundida por todo o mundo e enraizada em diversas culturas. As mulheres e as raparigas correspondem a 3/5 do 1.2 mil milhões de população pobre do mundo; as mulheres são 2/3 dos 960 milhões de adultos do mundo que não sabem ler e as raparigas representam 70% das 130 milhões de crianças que não vão à escola. Apenas 18 dos 113 países que não alcançaram a paridade de género no ensino primário e secundário têm possibilidades de realizar este objetivo até 2015.

Situação atual

Para além de enfrentarem a discriminação social e familiar, muitas mulheres ainda lutam para ultrapassar os obstáculos ao emprego no setor formal. As mulheres constituem a maioria da mão de obra agrícola a nível mundial e 60% das mulheres do planeta efetuam trabalho não remunerado ou mal pago na economia informal, o que as torna vulneráveis em termos financeiros e jurídicos. As populações mais marginalizadas são, por norma, as mais pobres – e dentro das mesmas, as mulheres, que representam a maioria entre os 1.2 mil milhões de pessoas que vivem com menos de 1.25 dólar/dia.

As escolas têm aberto as portas às raparigas e quase todas as regiões conseguiram promover com sucesso a educação para o género feminino. A escolarização primária das raparigas aumentou mais do que a dos rapazes em todas as regiões em desenvolvimento entre 2000 e 2006. Como resultado, por cada três países, dois alcançaram a paridade de género no nível primário. Apesar dos ganhos impressionantes, só encontramos 91 raparigas na escola por cada 100 rapazes.

Apesar de uma maior participação parlamentar, as mulheres estão, ainda, longe de conseguir ocupar os níveis mais elevados do governo. Em janeiro de 2008, entre 150 chefes de estado, 7 eram mulheres e entre 192 dos chefes de governos dos Estados-membros das Nações Unidas, 8 eram mulheres. De uma forma geral, apenas 16% dos cargos ministeriais de todo o mundo são atribuídos a mulheres. Existem 13 países que não têm uma única representação feminina em posições governamentais.

O que falta fazer

Os países em desenvolvimento devem ocupar-se dos direitos das mulheres e examinar a forma como o desenvolvimento as afeta em particular, de modo a lutarem com êxito contra a desigualdade de género e a compreenderem o impacto do progresso das mulheres na realização dos ODM. As normas sociais que fomentam a desigualdade de género devem ser eliminadas. As leis contra a discriminação devem ser cumpridas e as mulheres devem ser informadas sobre os seus direitos.

É também necessário aumentar os investimentos na saúde materna (em 2005-06, 1/6 da Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) bilateral foi deslocada para setores que promovessem a melhoria da condição da mulher). Além disso, há que pôr termo à exploração a nível mundial da mão de obra feminina não remunerada e indocumentada. As organizações não governamentais (ONG) e a sociedade civil devem vigiar os programas governamentais, a fim de assegurar que as políticas de igualdade de género sejam realmente respeitadas e cumpridas. Torna-se, ainda, essencial:

1. Aumentar os recursos financeiros e apoiar os poderes públicos para acelerar a consecução das metas dos ODM que beneficiam equitativamente os dois sexos e capacitam as mulheres e as raparigas em todos os setores da sociedade;
2. Incentivar o espírito empresarial das mulheres, sobretudo nas zonas rurais, nomeadamente melhorando o seu acesso à propriedade e aos ativos económicos, ao micro financiamento, aos meios de produção agrícolas, à formação e aos mercados;



3. Ratificar e aplicar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e as Convenções da OIT sobre Igualdade de Remuneração, a Discriminação, os Trabalhadores com Responsabilidades Familiares e a Proteção da Maternidade.

NOTA: (Fonte : “objetivos 2015”)

